

Procuradoria da República da comarca do Porto

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS ANUAIS	OBJETIVOS PROCESSUAIS/ACÇÕES A DESENVOLVER
QUALIDADE NA ACÇÃO: COORDENAÇÃO.	
<p>Reforçar a intervenção do magistrado do Ministério Público coordenador na promoção da agilização e articulação da actividade de todos os magistrados da comarca, na criação de redes de contacto e circuitos informais de partilha de informação e de boas práticas, na promoção da reflexão conjunta sobre as melhorias da actuação do Ministério Público</p>	<p>Consolidação dos objectivos e acções firmados para os anos judiciais anteriores, designadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> — Consolidação e dinamização do funcionamento da rede informal de contactos, de partilha de informação entre a Autoridade Tributária e os Magistrados do Ministério Público da área da Jurisdição Cível da Comarca do Porto (secções cíveis, de execução e de comércio), instituída na Reunião de 18.4.2016 (Acta n.º 4/2016). — Consolidação e dinamização do funcionamento da rede de pontos de contacto do Despacho n.º 1/2016-CoordPRT, de 4.3 (articulação entre as Secções do Departamento de Investigação e Acção Penal com competência para a investigação de crimes de violência doméstica, de maus tratos e sexuais contra crianças e jovens, as Secções da Famílias e Menores e respectivas Procuradorias da República e as Comissões de Protecção de Crianças e Jovens; sinalização de procedimentos; adopção de uma ficha de sinalização normalizada; nomeação de magistrados pontos de contacto; outras comunicações).
<p>Reforçar a intervenção nos órgãos de gestão das comarcas.</p>	<p>Consolidação dos objectivos e acções firmados para os anos judiciais anteriores, designadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> — Interacção muito directa – e profícua –

<p>Promover a articulação e coordenação entre jurisdições e a intervenção do Ministério Público nas diferentes fases processuais.</p>	<p>com o Juiz Presidente e com o Administrador Judiciário;</p> <ul style="list-style-type: none"> — Contribuição activa para a definição da agenda do Conselho de Gestão; — Promoção da conversão da reunião do Conselho de Gestão num <i>forum</i> geral de discussão das questões relativas à Comarca que não apenas das relativas à sua estrita competência deliberativa; — Promoção da realização de reuniões informais com regularidade (tendencialmente) semanal, com finalidade essencialmente informativa.
	<p>Ver OBJETIVOS PROCESSUAIS/ACÇÕES A DESENVOLVER referenciados:</p> <ul style="list-style-type: none"> — Ao Ponto 3.1. (Melhorar e organizar procedimentos de ligação entre as fases de inquérito, instrução e julgamento), infra, particularmente, os enumerados em B.; — Ao Ponto 3.2 (Melhorar e organizar a ligação com a fase de execução das penas), infra, particularmente o enumerado em B.; — Ao Ponto 8.3. (Promover a articulação com a jurisdição do comércio, designadamente no que respeita aos processos de insolvência e recuperação de empresas e de revitalização), infra, particularmente os enumerados em B. e C..
<p>QUALIDADE NA ACÇÃO: REFORÇO DA DIRECÇÃO EFECTIVA DO INQUÉRITO.</p>	

<p>Avaliar a adequação da organização dos departamentos e secções de investigação e acção penal à estrutura da criminalidade na comarca e eventuais propostas de alteração dirigidas aos Procuradores-Gerais Distritais, visando, nomeadamente, o melhor equilíbrio da distribuição processual e privilegiando a especialização, designadamente quanto aos crimes de corrupção e à criminalidade económico financeira, à violência domestica, aos abusos sexuais de crianças e à cibercriminalidade.</p>	<p>— Remete-se para o relatório elaborado pelo Senhor Director do Departamento de Investigação e Acção Penal.</p>
<p>Promover e desenvolver metodologias de definição do objecto do inquérito, da estratégia de investigação e de gestão processual.</p>	<p>— Remete-se para o relatório elaborado pelo Senhor Director do Departamento de Investigação e Acção Penal.</p>
<p>Melhorar, organizar e monitorizar procedimentos de articulação com os órgãos de polícia criminal.</p>	<p>— Remete-se para o relatório elaborado pelo Senhor Director do Departamento de Investigação e Acção Penal.</p>
<p>QUALIDADE NA ACÇÃO: VISÃO INTEGRADA DA INTERVENÇÃO DO MINISTERIO PÚBLICO NAS DIFERENTES FASES PROCESSUAIS E INSTÂNCIAS.</p>	
<p>Melhorar e organizar procedimentos de ligação entre</p>	<p>Consolidação dos objectivos e acções firmados para os anos</p>

<p>as fases de inquérito, instrução e julgamento (incluindo o recurso).</p>	<p>judiciais anteriores, designadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> — «Comunicação ao DIAP das absolvições/condenações ocorridas em julgamento», tarefa de que, em alguns dos casos de maior complexidade e repercussão social, se tem encarregado o próprio magistrado coordenador; — Sensibilização dos magistrados das fases processuais subsequentes para consultarem os das fases anteriores sempre que confrontados com questões que naqueles outros momentos também pudessem ter sido equacionadas, designadamente, os da fase de instrução relativamente ao da fase de inquérito quanto às decisões de suspensão provisória do processo; — «Reforço da proximidade dos magistrados do Ministério Público da fase de julgamento aos das fases preliminares, seja mediante a promoção de canais e encontros informais de troca de informação relevante – v. g., indicação das maiores dificuldades sentidas em julgamento em razão das opções em estratégias da investigação, da estruturação do despacho acusatório ou do arrolamento da prova –, seja mediante a promoção de encontros formais entre todos os magistrados para afinação de critérios e uniformização de entendimentos e práticas»; — «Comunicação tão precoce quanto possível aos magistrados com competência investigatória das situações noticiadas em fase de julgamento indiciadoras da comissão de ilícito criminal de natureza pública, emprestando-se particular atenção [e à sua completude informativa e] ao tempo da emissão das certidões pela secretaria, [neste último caso] a fim de evitar riscos de prescrição criminal». <p>Consolidação e aprofundamento das prática instituídas pelo Despacho n.º 2/2017-CoordPRT, de 26.4, que, sob a epígrafe «Articulação entre os magistrados do Ministério Público das fases</p>
---	--

preliminares e de julgamento do processo criminal; comunicações; representação especial do Ministério Público nos momentos do recurso» e «Suspensão provisória do processo e arquivamento por dispensa de pena na fase de instrução; articulação entre os magistrados das fases de instrução e de inquérito» estabeleceu um modelo de articulação orientado, no mais importante, pelos vectores (i) da «[c]omunicação aos magistrados da(s) fase(s) precedentes do procedimento de todas as decisões que nos momentos da instrução ou do julgamento lhe ponham termo, por razões de mérito ou de forma, proferidas em processos complexos, por infracção especialmente grave ou com repercussão social ou que sejam objecto de acompanhamento por parte da hierarquia»; (ii) da «[c]omunicação ao(s) magistrado(s) da(s) fase(s) precedente(s) das sentenças ou acórdãos de improcedência proferidos em processo comum colectivo ou do júri ou em processo comum singular por desvio de competência nos termos do art.º 16º n.º 3 do CPP»; (iii) da «[c]omunicação [...] [a]o magistrado do inquérito [...] [d]as decisões de indeferimento da prática, decretamento ou autorização de actos jurisdicionais em inquérito; [d]as decisões instrutórias de não comprovação da decisão de encerramento do inquérito com fundamento exclusivo em questões de direito; [d]os despachos de rejeição da acusação; [da comunicação] [a]o magistrado do inquérito e, ou, da instrução [...] [d]as decisões que ponham termo ao procedimento ou que o reencaminhem para outra forma por razões atinentes aos pressupostos processuais; [d]as sentenças de improcedência com fundamento exclusivo em questões de direito proferidas em processo comum singular ou especial abreviado»; (iv) do «[d]eferimento de competência ao magistrado da(s) fase(s) precedentes para impugnar por via do recurso [alguns] [d]os actos [comunicados]»; (v) da «articulação entre os magistrados das fases preliminares [...] [no momento] da tomada de decisões em instrução sobre a suspensão provisória do processo ou o arquivamento por dispensa de pena».

Consolidação e aprofundamento das prática instituídas, ainda, pela Instrução n.º 1/2019-PGDP, de 27.03.2019, que, sob a epígrafe «Procedimentos de Articulação do Ministério Público nas diversas fases do processo penal, determina um conjunto de procedimentos a adoptar para o bom desempenho e uniformidade de procedimentos dos magistrados do Ministério Público no processo penal.

<p>Melhorar e organizar a ligação com a fase de execução das penas.</p>	<p>Consolidação dos objectivos e acções firmados para os anos judiciais anteriores, designadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> — «Reforço da proximidade dos magistrados do TEP aos das secções criminais, seja mediante a promoção de canais e encontros informais de troca de informação relevante, seja mediante a promoção de reuniões formais para afinação de critérios e uniformização de entendimentos e práticas». — Institucionalização de encontros regulares entre os magistrados do TEP e das secções criminais para as finalidades referidas na última parte do parágrafo anterior.
<p>Melhorar e organizar a ligação e articulação com as instâncias superiores.</p>	<p>Consolidação dos objectivos e acções firmados para os anos judiciais anteriores, designadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> — Consolidação da prática desde sempre assumida pelo magistrado coordenador da divulgação das decisões de maior interesse doutrinário dos tribunais superiores recenseadas na actividade de acompanhamento dos feitos de maior complexidade e repercussão social em curso na Comarca. — Consolidação da função do magistrado coordenador de interlocutor entre os magistrados da Comarca e os do Tribunal da Relação do Porto em vista da facilitação da circulação de informação necessária.
<p>QUALIDADE NA ACÇÃO: VALORIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO EM JULGAMENTO.</p>	
<p>Organizar e monitorizar procedimentos que promovam a melhoria da</p>	<p>Consolidação dos objectivos e acções firmados para os anos judiciais anteriores, designadamente:</p>

qualidade da intervenção em julgamento.

- Interposição de recurso em todos os casos de determinação legal ou hierárquica;
- Interposição de recurso em todos os casos de não acolhimento das posições ou pretensões substanciais sustentadas pelo Ministério Público, a menos que razões atinentes aos interesses cuja defesa lhe incumba justifiquem a abstenção ou a decisão judicial se revele suficientemente convincente;
- Organização de um registo dos casos de abstenção referidos no parágrafo anterior com, além do mais, indicação sumária dos fundamentos da não interposição de recurso;
- Organização de um registo que enumere os recursos interpostos e respondidos pelo Ministério Público, identifique o processo respectivo e indique o seu desfecho.
- Reforço da atitude de pedagogia e de sensibilização da hierarquia no sentido da adopção pelos magistrados das fases preliminares do processo criminal de práticas e de técnicas facilitadoras da sustentação da pretensão punitiva em julgamento, designadamente;
- A organização de um índice actualizável nos «processos de maior complexidade ou volume, nos da criminalidade económico-financeira ou altamente organizada e nos em que seja mais elevado o número de intervenientes processuais, [...] que acompanhe o processo em todas as suas fases e que documente a localização dos principais meios de prova e despachos e, bem assim, os prazos de duração de medidas de coacção privativas da liberdade», aliás, conforme já aconselhado na Recomendação n.º 2/2015-CoordPRT, de 29.10.
- A estruturação das peças acusatórias de molde a facilitar a percepção dos factos sob julgamento e os meios de prova que os suportam, mormente, nos casos de maior complexidade a narração dos factos

	<p>por artigos e o arrolamento da prova por blocos referenciados aos pertinentes episódios.</p> <p>— O estabelecimento de contactos informais entre os magistrados intervenientes nas várias fases do mesmo processo para discussão de questões que interessem a (boa) decisão da causa.</p>
CELERIDADE: DECISÃO DE MÉRITO EM TEMPO ÚTIL	
Continuar a promover a aplicação dos institutos de simplificação processual.	<p>— Ver documento anexo elaborado pelo Senhor Director do Departamento de Investigação e Acção Penal.</p>
Melhorar a qualidade jurídica e técnica das decisões relativas à suspensão provisória do processo, promovendo a adequação e proporcionalidade das injunções aplicadas face aos crimes em causa, e acompanhar e monitorizar a aplicação da Directiva e correto preenchimento da base de dados da suspensão provisória do processo.	<p>— Ver documento anexo elaborado pelo Senhor Director do Departamento de Investigação e Acção Penal.</p>
Reduzir pendências excessivas mediante identificação das acções com volume excessivo de pendência e adopção de medidas de gestão processual e/ou de gestão de recursos humanos no sentido da redução da pendência para os níveis médios da comarca.	<p>Celeridade Processual: consolidação dos objectivos e firmados nos anos judiciais anteriores, com redução (acrescida) dos tempos de duração máxima de alguns procedimentos, a saber:</p> <p>1. JUÍZOS DE FAMÍLIA E MENORES:</p> <p>(a) Processos administrativos:</p> <p>Para instauração de procedimentos, principais ou dependentes, relativos ao exercício das responsabilidades parentais:</p> <p>— Duração de um mês até à apresentação de petição ou requerimento inicial ou à decisão de arquivamento sem instauração de procedimento</p>

	<p>judicial;</p> <p>— Arquivamento do processo após a instauração do procedimento judicial, salvo reclamando inequivocamente a lide acompanhamento pelo processo auxiliar.</p> <p>Para instauração de procedimentos relativos ao estabelecimento da filiação:</p> <p>Para acções officiosas de investigação de maternidade ou paternidade e de impugnação de paternidade:</p> <p>— Duração de um mês até à apresentação de petição inicial em juízo.</p> <p>Para acções de investigação de maternidade ou paternidade e de impugnação de paternidade ou perfilhação, em representação de incapazes:</p> <p>— Duração de seis meses até à apresentação de petição inicial em juízo ou à decisão de arquivamento sem instauração de procedimento judicial.</p> <p>(b) Procedimentos de averiguação officiosa de maternidade ou paternidade e de impugnação de paternidade:</p> <p>— Redução da duração, em média, para oito meses até à decisão final.</p> <p>(c) Procedimentos previsto no Decreto-Lei n.º 272/2001 de 27.10.</p> <p>Parecer em acordo de regulação do exercício das responsabilidades parentais:</p> <p>— Duração de oito dias, até à prolação do parecer ou devolução à Conservatória com sugestão de alterações, não havendo lugar à audição da criança ou do jovem;</p> <p>— Duração de 15 dias, até à prolação do parecer ou devolução à Conservatória com sugestão de alterações, havendo lugar à audição da criança ou do jovem.</p> <p>Processo de autorização de prática de actos, de suprimimento de consentimento e de aceitação de liberalidades:</p> <p>— Duração de seis meses até à decisão de mérito;</p> <p>(d) Inquéritos tutelares educativos:</p>
--	--

- Duração de três meses, excepcionalmente prorrogável até seis, até à decisão de encerramento, nesta incluída a de suspensão nos termos do art.º 84º da LTE.

JUÍZOS DE TRABALHO.

(e) Processos administrativos:

Para instauração de acções emergentes de contrato individual de trabalho:

- Duração de seis meses até à apresentação de petição inicial ou à decisão de arquivamento sem instauração de procedimento judicial;

Para apresentação de petição inicial ou requerimento de junta médica em processos de acidente de trabalho:

- Duração de 20 dias, excepcionalmente prorrogáveis em caso de petição inicial até ao limite de idêntico período, até à apresentação da peça em juízo.

(f) Processos de acidente de trabalho na fase conciliatória:

- Duração de oito meses até à conclusão da diligência de tentativa de conciliação;

(g) Incidentes de actualização de pensão em processo de acidente de trabalho:

- Criação paulatina de mecanismos de controlo efectivo dos processos em que deve ter lugar a actualização de pensões, preferencialmente através da criação de um ficheiro electrónico.

(h) Recurso de impugnação em processo de contra-ordenação:

- Dinamização da prolação de decisões por simples despacho, declarando o Ministério Público no requerimento de remessa do procedimento a juízo a sua não oposição a essa forma de decisão nos casos de manifesta desnecessidade de produção de prova adicional.

JUÍZOS DA ÁREA DA JURISDIÇÃO CÍVEL – juízos cíveis centrais e locais, juízos de execução e juízos de comércio.

(i) Processos administrativos para instauração de procedimentos:

- Duração de seis meses até à apresentação de petição ou requerimento inicial ou à decisão de arquivamento sem instauração de procedimento judicial, inclusivamente nos para acções especiais de Maior Acompanhamento, aqui com atenção às situações, frequentes, de idosos economicamente carenciados e sem familiares que os representem, por isso que dependente a instauração da acção do seu acolhimento, normalmente demorado, em instituição da Segurança Social a cujo director compete o cargo de tutor;
- Arquivamento do processo após a instauração do procedimento judicial, salvo reclamando inequivocamente a lide acompanhamento pelo processo auxiliar.

JUÍZOS DA ÁREA DA JURISDIÇÃO CRIMINAL – juízos criminais centrais e locais.

(j) Processos administrativos para instauração de procedimentos:

- Redução ao mínimo indispensável dos casos de instauração de processo administrativo, privilegiando-se o desencadeamento dos procedimentos judiciais à, simples, vista dos expedientes avulsos nos casos de recurso de impugnação de contra-ordenação e de execução para cobrança de coimas e respectivas custas.
- Redução da duração do processo para três meses até à apresentação de petição ou requerimento inicial ou à decisão de arquivamento sem instauração de procedimento judicial, mormente, nos casos de internamento compulsivo;
- Arquivamento do processo após a instauração do procedimento judicial, salvo reclamando inequivocamente a lide acompanhamento pelo processo auxiliar.

(k) Processo sumário – fase preliminar:

	<ul style="list-style-type: none"> — Encaminhamento para suspensão provisória de cerca de 60% casos desta espécie; — Recurso preferencial ao processo sumaríssimo e abreviado nos casos remetidos para processo comum. <p>(l) Recurso de impugnação em processo de contra-ordenação:</p> <ul style="list-style-type: none"> — Dinamização da prolação de decisões por simples despacho, declarando o Ministério Público no requerimento de remessa do procedimento a juízo a sua não oposição a essa forma de decisão nos casos de manifesta desnecessidade de produção de prova adicional. <p>Celeridade Processual – juízos de Família e Menores (Procedimentos de Promoção e Protecção de Crianças e Jovens e processos administrativos): consolidação dos objectivos e acções firmados para os anos judiciais de 2015-2016 e 2016-2017, designadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> — Preferência absoluta pela instauração do procedimento judicial à vista do expediente da CPCJ, imediatamente ou no mais curto intervalo possível, desenvolvendo-se a instrução necessária já em juízo e só se recorrendo a processo administrativo preliminar em casos de absoluta e imprescindível necessidade. <p>Medidas gestionárias (monitorização): consolidação dos objectivos e acções firmados para Consolidação dos objectivos e acções firmados para os anos judiciais de 2015-2016 e 2016-2017, designadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> — Controlo bimestral pela coordenação da Comarca das pendências gerais do Ministério Público, com particular incidência sobre procedimentos de instauração mais antiga.
<p>ÁREAS PRIORITÁRIAS: PROTECÇÃO</p>	<p>DAS</p>

VÍTIMAS.	
Desenvolver procedimentos processuais e organizacionais para uma efectiva protecção e informação da vítima de crime, designadamente das mais vulneráveis, com uma especial atenção à prestação de depoimentos e à necessidade de evitar a revitimização	<ul style="list-style-type: none"> — Objectivos processuais/acções a desenvolver a apresentar pelo Senhor Director do Departamento de Investigação.
ÁREAS PRIORITÁRIAS: DIREITOS DAS CRIANÇAS E JOVENS.	
Melhorar, organizar e monitorizar o atendimento ao público, promovendo o atendimento pessoal pelo Magistrado e o atendimento eficaz para os casos urgentes	<p>Consolidação dos objectivos e acções firmados para os anos anteriores, designadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> — Serviço permanente de atendimento ao público por magistrado; — Registo sistemático e universal dos actos de atendimento, inclusivamente dos de simples prestação de informação técnico-jurídica.
Melhorar, organizar e monitorizar os procedimentos de acompanhamento das CPCJ's.	<p>Consolidação dos objectivos e acções firmados para os anos anteriores, designadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> — Reforço da proximidade dos magistrados às CPCJ's, com intensificação da actividade fiscalizadora da respectiva actividade, a exercer, preferencialmente, mediante a deslocação do procurador às respectivas instalações e apoiada em listagens e organização de processos administrativos ou pastas para acompanhamento e arquivo; — Abstenção de participação dos magistrados nas reuniões da comissão restrita em que se tomem decisões relativas a situações concretas, de molde a salvaguardar a respectiva independência no

	momento da fiscalização.
Desenvolver procedimentos de articulação com as secções centrais de Família e Menores e com as entidades e instituições de assessoria e apoio	<p>Consolidação dos objectivos e acções firmados os anos anteriores, designadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> — Agilização das formas de comunicação e de circulação da informação entre o Ministério Público e os serviços do ISS no sentido de potenciar o contacto célere e informal entre os magistrados e os técnicos de serviço social, recorrendo-se, designadamente, a vias simplificadas e expeditas, como o telefone e o correio electrónico.
Assegurar as visitas de magistrados do Ministério Público a Centros Educativos e instituições de acolhimento	<p>Consolidação e afinamento dos objectivos e acções firmados os anos anteriores, designadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> — Sem prejuízo das que as concretas intervenções processuais justificarem, os procuradores da República dos cinco juízos, sob direcção do procurador da República coordenador sectorial, articular-se-ão de forma a que seja assegurada uma visita anual ao centro educativo e a todas as instituições de acolhimento sediadas na Comarca, apresentando relatório ao coordenador da Comarca. — Afinamento, em 2020, do objectivo referido no parágrafo precedente, mediante a definição, a consensualizar com o procurador da República coordenador sectorial, das instituições a visitar por cada magistrado.
Monitorizar a aplicação da nova legislação de família e menores.	Realização de reuniões trimestrais dos magistrados, sob orientação do procurador da República coordenador sectorial.
ÁREAS PRIORITÁRIAS: DIREITOS TRABALHADORES	
Melhorar, organizar e monitorizar o atendimento ao	Consolidação dos objectivos e acções firmados para os anos

<p>público, promovendo o atendimento pessoal pelo Magistrado e o atendimento eficaz para os casos urgentes, com especial atenção para o encurtamento dos tempos de atendimento</p>	<p>judiciais anteriores, designadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> — Serviço permanente de atendimento ao público por magistrado; — Registo sistemático e universal dos actos de atendimento, inclusivamente os de simples prestação de informação técnico-jurídica.
<p>Promover e incentivar a iniciativa do Ministério Público enquanto representante dos Trabalhadores nas acções relacionadas com contratos individuais de trabalho</p>	<p>Consolidação dos objectivos e acções firmados para os anos judiciais anteriores, designadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> — Sem prejuízo do respeito pela autonomia da vontade do trabalhador, adopção de práticas e de atitudes que favoreçam a recepção de queixas e o seu ulterior tratamento e patrocínio em juízo pelo Ministério Público.
<p>Promover a articulação com a jurisdição de comércio, designadamente no que respeita aos processos de insolvência e recuperação de empresas e de revitalização</p>	<p>Consolidação dos objectivos e acções firmados para os anos anteriores, designadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> — Articulação de proximidade com os magistrados das secções de Comércio. — Encaminhamento tão precoce quanto possível para os magistrados do Ministério Público nas secções de comércio das situações que justifiquem o patrocínio de trabalhadores na instauração de procedimentos de insolvência, de revitalização ou de verificação ulterior de créditos. — Elaboração pelo próprio magistrado da Secção de Trabalho do requerimento de reclamação de créditos prevista nos art.^{os} 128º e 17º-D n.º 2 do CIRE em patrocínio do trabalhador, com remessa posterior do processo administrativo ao colega da Secção de Comércio; — Nos casos de reclamação tardia de créditos em processo de insolvência nos termos do art.º 146º do CIRE, elaboração pelo magistrado da Secção de Trabalho de nota dos créditos laborais a peticionar, devidamente discriminada e fundamentada, com remessa simultânea do processo administrativo ao magistrado da Secção de Comércio.

<p>ÁREAS PRIORITÁRIAS: JURISDIÇÃO CÍVEL</p>	
<p>Promover e desenvolver a melhoria e qualidade técnico jurídica da intervenção nas acções do Contencioso do Estado, organizando uma melhor articulação com a entidade estatal respectiva.</p>	<p>Consolidação dos objectivos e acções firmados para os anos anteriores, designadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> — Articulação das secções cíveis, de execução e de comércio com as entidades fiscais para: — Agilização das formas de comunicação e de circulação da informação e dos documentos entre o Ministério Público e as entidades a quem deve representação nos momentos de reclamação e verificação ulterior de créditos e outras intervenções no âmbito dos processos de insolvência e de execução – v. g., os serviços locais da AT e as direcções gerais do Ministério das Finanças –, incluindo a realização de reuniões para discussão e avaliação de procedimentos e de matérias jurídicas e judiciais de interesse mútuo; — Canalização e circulação da informação através da rede de pontos de contacto criados no Ministério Público e na Autoridade da Tributária no seguimento da reunião formal efectuada em 18.4.2016; — Sensibilização da Ordem dos Solicitadores para a conveniência da inserção célere no sistema CITIUS dos actos praticados pelo agente de execução. — Articulação das secções cíveis com os serviços policiais, de saúde e de segurança social locais e departamentos governamentais centrais para: — Agilização das formas de comunicação e de circulação da informação entre o Ministério Público nas secções cíveis e as entidades referidas – incluindo a realização de reuniões para discussão e avaliação de matérias jurídicas e judiciais de interesse mútuo – em vista, designadamente, da intervenção processual em matéria de interdições, inabilitações, interesses difusos, representação do

	Estado e outras intervenções.
Promover, incentivar e desenvolver a iniciativa relativamente as acções e procedimentos em defesa do consumidor, designadamente no que se refere a actividade em ambiente digital (internet).	<p>Consolidação dos objectivos e acções firmados para os anos anteriores, designadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> — Conclusão dos contactos em curso e celebração de protocolo entre o Ministério Público da Comarca do Porto e a associação de defesa do consumidor DECO, para partilha de informação e cooperação na promoção de interesses comuns na área direito do consumo e da protecção do estatuto do consumidor.
Melhorar, organizar e monitorizar a iniciativa processual em defesa dos incapazes, designadamente as acções de interdição (agora “maior acompanhado”), desenvolvendo mecanismos de articulação com as demais jurisdições.	<p>Consolidação dos objectivos e acções firmados para os anos anteriores, designadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> — Reforço da proximidade dos magistrados cíveis aos da área criminal, de molde a facilitar a circulação de informação e de documentação em vista da instauração de procedimentos para instauração de Acção de Maior Acompanhado, com base em indicação bastante colhida em procedimento de internamento compulsivo. — Aferição rigorosa dos pressupostos da instauração da Acção de Maior Acompanhado na situação-tipo de pessoas de avançada idade recolhidas em instituições de assistência, em ordem a distinguir os verdadeiros casos de doença mental inibidora da auto-regência da pessoa e bens dos da simples debilidade ou dependência física. <p>Aprofundamento e consolidação dos procedimentos instituídos pelo protocolo celebrado em 25 de Setembro de 2017 com a instituição privada de solidariedade social «CPI – Comissão de Protecção ao Idoso», divulgado pela Ordem de Serviço n.º 29/2017-CoordPRT, de 17.10, que estabelece um modelo de cooperação entre o Ministério Público da Comarca do Porto e a instituição referida em</p>

	vista da promoção e protecção dos direitos dos idosos.
ÁREAS PRIORITÁRIAS: JURISDIÇÃO DE COMÉRCIO	
Melhorar, organizar e monitorizar o atendimento ao público e representação dos trabalhadores no âmbito das acções da sua competência, promovendo o atendimento pessoal pelo Magistrado e o atendimento eficaz para os casos urgentes	<p>Consolidação dos objectivos e acções firmados para os anos judiciais anteriores, designadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> — Serviço permanente de atendimento ao público por magistrado; — Registo sistemático e universal dos actos de atendimento, inclusivamente os de simples prestação de informação técnico-jurídica.
Melhorar, organizar e monitorizar a articulação com a jurisdição do trabalho	Ver objectivos referenciados ao Ponto 8.3. (Área Prioritária: Direitos dos Trabalhadores).
ÁREAS PRIORITÁRIAS: JURISDIÇÃO DE	

EXECUÇÃO DE PENAS	
<p>Reforçar a articulação entre os tribunais de julgamento e a jurisdição de execução de penas.</p>	<p>Consolidação dos objectivos e acções firmados para os anos judiciais anteriores, designadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> — Reforço da proximidade dos magistrados do TEP aos das secções criminais, seja mediante a promoção de canais e encontros informais de troca de informação relevante, seja mediante a promoção de reuniões formais para afinação de critérios e uniformização de entendimentos e práticas; — Institucionalização de reuniões entre os magistrados do TEP e das secções criminais com periodicidade tendencialmente semestral para as finalidades referidas na segunda parte do parágrafo precedente.
<p>Reforçar a presença e o acompanhamento do Ministério Público nos estabelecimentos prisionais.</p>	<p>Consolidação dos objectivos e acções firmados para os anos anteriores, designadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> — A mais da participação nos conselhos técnicos, realização de, pelo menos, uma visita anual à zona prisional dos estabelecimentos para aferição das condições de legalidade geral, com elaboração de relatório sumário a apresentar à coordenação da Comarca.